

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.394 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2001

Proposta obriga fabricante a recolher medicamento com validade vencida

CAE examina projeto que proíbe às farmácias e consumidores o descarte de remédios em vias públicas, terrenos baldios ou cursos de água. Infratores podem responder por crime de natureza sanitária ou ambiental



Depois de avisados pelas farmácias, indústrias e distribuidores terão 15 dias para recolher remédios fora do prazo de validade

Distribuidoras e fabricantes poderão ser obrigados a recolher das farmácias todos os remédios e cosméticos deteriorados ou com prazo de validade vencido, dando-lhes o tratamento dispensado aos resíduos industriais. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Luiz Pontes, deve ser examinado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta proíbe às farmácias e consumidores o descarte desses produtos em terrenos baldios, vias públicas ou cursos de água. Os infratores estariam sujeitos a processo por crime de natureza sanitária ou ambiental.

PÁGINA 5

Projeto que reduz o número de deputados causa debate no Plenário

PÁGINA 8

Senadores examinam fim do horário de verão em dois estados e no DF

PÁGINA 4



União poderá cobrir danos causados por atos terroristas

O Senado aprovou projeto de conversão de medida provisória que autoriza a União a assumir responsabilidades civis perante terceiros no caso de danos a bens e pessoas no solo provocados por atentados terroristas contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.

PÁGINA 3

Tebet, entre Jonas Pinheiro e Lúdio Coelho, preside sessão em que Senado aprovou projeto de conversão de medida provisória



Carlos Wilson diz que governo não tem compromisso com Nordeste

Carlos Wilson analisa a crise energética

PÁGINA 4



Mauro: médicos são compelidos a enfrentar jornada desumana de trabalho e múltiplos desafios

Mauro Miranda pede resgate da profissão de médico

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que é necessário um esforço de toda a sociedade para que se faça um resgate da profissão de médico, que vem enfrentando uma crise de identidade. Atualmente, segundo o senador, o médico se vê compelido a enfrentar uma jornada desumana de trabalho em múltiplos empregos, em precárias condições técnicas e materiais e percebendo uma remuneração insuficiente para prover sua subsistência e permitir seu aperfeiçoamento profissional.

Para o senador, vai longe a época em que a obtenção de diploma de Medicina significava segurança profissional, prestígio social e garantia de uma vida digna. "O *glamour* de outrora transformou-se em inúmeros desafios para uma categoria comprometida pelo inchaço de profissionais cada vez menos preparados para o exercício da Medicina. Esta é uma das principais reivindicações da classe na atualidade: maior fiscalização sobre as novas escolas médicas, muitas com os malfadados cursos de fundo de quintal. A preocupação é justificada porque, no final das contas, toda mercadoria produzida em excesso acaba perdendo a qualidade", afirmou.

Mauro Miranda disse que por causa desse quadro os profissionais de hoje convivem com o aumento do número de casos de erros médicos constatados pelos conselhos regionais de Medicina.

Serviço dá acesso em tempo real a notícias sobre Senado

Além de trazer fatos do dia publicados pelos jornais, novo "clipping" oferece informações produzidas para Internet e televisão

Estará disponível a partir de hoje na página do Senado (www.senado.gov.br) o novo serviço de divulgação de notícias da instituição e dos senadores. O serviço contém informações produzidas pelos órgãos de imprensa da Casa e pelos principais veículos de comunicação do país que tratam do Senado e do trabalho dos senadores.

O serviço, que substitui o antigo *Senadores na Mídia*, está mais sofisticado porque, além de trazer as notícias do dia publicadas por grandes jornais, também oferece informações *on-line* produzidas para a Internet e emissoras de televisão.

"JANELA"

Outras novidades nessa área estão sendo preparadas e incluem a criação de uma "janela" na qual os senadores poderão comentar as notícias veiculadas a

respeito deles, acrescentando informações, se assim o desejarem. Também em breve estarão sendo mostrados na página textos de projetos, íntegras de pronunciamentos e outros documentos relacionados com o Senado.

ALGUNS SERVIÇOS OFERECIDOS

- *Clipping* de jornais divulgado nas primeiras horas da manhã com todas as notícias sobre a Casa e sobre cada senador.
- *Clipping on-line* atualizado durante todo o dia sempre com notas que mencionem o Senado ou os senadores. Nesse campo, entrará tudo o que for veiculado por agências de notícias, emissoras de tevê abertas e por assinatura, portais, rádios etc. O material será registrado em tempo real e

poderá ser acessado na íntegra por meio de um *link* com o próprio veículo que o produziu. Esse serviço possibilitará o acompanhamento constante por parte dos senadores de tudo que está sendo veiculado a seu respeito.

- Notícias do Senado também estão disponíveis por meio do acesso a informações publicadas diariamente pelo *Jornal do Senado* e ainda pelo noticiário *on-line* produzido pela Agência Senado.



Novo serviço de divulgação, que estará disponível a partir de hoje, permite aos senadores comentarem notícias publicadas

A Secretaria de Comunicação Social continuará a distribuir internamente *clipping* de notícias em meio impresso. Para receber esse material, é preciso se inscrever na Subsecretaria de Divulgação e Integração.

Subcomissão discute MP que apóia o cinema

A Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática realiza na quarta-feira, às 10h, audiência pública para debater a medida provisória que estabelece os princípios gerais da política nacional do cinema e cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema (Ancine). A MP também institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Hora de Expediente: destinada a comemorar os 25 anos de inauguração da Fundação Dom Cabral, Centro de Desenvolvimento de Executivos e Empresas no Estado de Minas Gerais.
Pauta: requerimento que solicita o envio à Comissão de Fiscalização e Controle do processo relativo ao caso Banpará; entre outros.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: emenda que modifica critérios para isenção de ICMS; entre outros.

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: 12 itens, incluindo projeto que incentiva o uso de energia solar.

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: projeto que dá o nome de Nossa Senhora do Pantanal à ponte sobre o Rio Paraguai, situada no município de Corumbá (MS); entre outros.

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: exposição do diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Humberto Candeias Cavalcanti, e do diretor do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelly.

17h — Comissão Mista destinada a analisar a MP 6/01, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 280 milhões. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 13*

Quarta-feira
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: audiência pública sobre o tema As Estratégias das Instituições Financeiras Multilaterais, as Políticas de Ajuste e o Papel do Parlamento no Brasil.

10h — Subcomissão Permanente de Cinema
Pauta: debate sobre a MP nº 2228-1/01, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema.

14h30 — Comissão Mista destinada a analisar a MP 2177/01, que altera a Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário acolhe pedidos de novas concessões de rádio

Projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de novas emissoras de rádio nos estados de Minas Gerais, Alagoas, São Paulo e Ceará foram aprovados pelo Plenário, com base em exposições de motivos do Ministério das Comunicações.

Pelos decretos legislativos, a Rádio Comunitária Excel foi autorizada a executar por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Alpercata (MG); a Associação Comunitária Voz de Bebedouro, a operar serviço similar em Maceió (AL); a Associação Artístico Cultural e Social (STAR), a executar, também, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valentim Gentil (SP); e a Rádio São Gonçalo FM, a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante (CE).

Comissão mista examina MP sobre pagamento de bônus

A comissão mista que analisa a medida provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 280 milhões em favor dos Ministérios de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional reúne-se amanhã, às 17h.

O crédito extraordinário será

destinado à complementação de recursos para pagamento de bônus a consumidores residenciais de energia elétrica; seguro de renda aos agricultores familiares na Região Nordeste, norte de Minas Gerais e semi-árido nacional, e ações emergenciais de defesa civil na Região Sul.

BALANÇO DA SEMANA

Vantagem para servidores e expropriação foram destaque

A aprovação em segundo e último turno da proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que prevê a expropriação de terras onde houver trabalho escravo foi um dos destaques dos trabalhos do Plenário na semana passada. Conforme a proposta, os donos das fazendas não serão indenizados e a terra será destinada a programas de reforma agrária, beneficiando, preferencialmente, quem nela trabalha. A emenda agora será examinada pela Câmara.

Outra matéria aprovada foi a incorporação definitiva aos salários dos funcionários das universidades e escolas federais vinculadas ao Ministério da Educação da gratificação de desempenho, equivalente a 140% do salário básico. A gratificação também será incluída nos vencimentos das aposentadorias. A aprovação desse projeto foi um dos pontos negociados entre o Ministério da Educação e os servidores para que a categoria retornasse ao trabalho, depois de quase dois meses de greve.

O governo já vinha gastando R\$ 255,6 milhões por ano para pagar a gratificação aos funcionários das universidades e, com a alteração, seu valor sobe para R\$ 463,6

milhões por ano, especialmente porque ela é estendida aos inativos. O relator do projeto, senador Romero Jucá (PSDB-RR), lembrou que a proposta recebeu aprovação na Câmara e no Senado em apenas nove dias.

Os senadores também aprovaram projeto estabelecendo que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos até o triplo do número de vagas a preencher na Câmara Federal, assembleias legislativas e câmaras municipais. O texto votado foi um substitutivo do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) a projeto oriundo da Câmara, que havia decidido que os partidos teriam que limitar a 100 o número de candidatos em eleições proporcionais.

A criação de 16 cargos em comissão e 157 cargos efetivos no quadro permanente de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás) também foi aprovada na última semana. O relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), disse que os cargos de confiança não poderão ser preenchidos por parentes até o terceiro grau de juizes e procuradores em atividade ou aposentados há menos de cinco anos.

União poderá cobrir danos causados por terroristas

Senado aprovou projeto de conversão da MP que determina indenização em caso de atentado contra aeronave de empresa aérea brasileira

O Plenário do Senado aprovou projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 2, de 2001, que autoriza a União a assumir as responsabilidades civis perante terceiros, no caso de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras, encontrem-se elas no Brasil ou no exterior. A matéria será encaminhada à sanção presidencial.

As modificações introduzidas no texto da MP pela Câmara, que resultaram no projeto aprovado pelos senadores, foram feitas mediante acordo firmado com as lideranças do governo, visando ao aperfeiçoamento da medida, segundo explica o parecer do deputado Paes Landim (PFL-PI).

Conforme o projeto, a cobertura fica limitada ao maior valor estabelecido pelos países estrangeiros nos quais as empresas aéreas brasileiras estiverem operando.

Segundo a medida, a autorização à União vigorará provisoriamente por 30 dias, podendo ser prorrogada por mais 120 dias. A contagem dos prazos tem início a partir de 25 de setembro último,



José Fogaça encaminhou voto favorável ao projeto de lei de conversão

data em que as seguradoras alteraram as regras para concessão do seguro às aeronaves. Caberá ao ministro da Defesa atestar que o sinistro sujeito à cobertura pela União tenha, de fato, decorrido de atos terroristas.

O limite coberto para cada empresa aérea dependerá do montante de seu seguro de responsabilidade civil contra terceiros, contratado com base em sua posição do dia 10 de setembro de 2001 (um dia antes do grande atentado terrorista aos

Estados Unidos).

Ao explicarem o teor da medida provisória, os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Geraldo Quintão, da Defesa, ressaltaram que, num ato unilateral, as seguradoras decidiram, após 25 de setembro, reduzir de US\$ 1 bilhão para US\$ 150 milhões o limite de cobertura para responsabilidade civil nos seus contratos. Diante disso, vários governos estão assumindo provisoriamente a cobertura desses riscos, até que haja uma solução de mercado.

O seguro de eventuais prejuízos em solo, provocados por aeronaves atacadas por terroristas, é exigido pelos governos da maioria dos países do mundo. Sem esse seguro, as aeronaves brasileiras teriam de cancelar praticamente todos os seus vôos internacionais – segundo explicaram os ministros Malan e Quintão.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), pela liderança do governo, encaminhou favoravelmente à aprovação da medida. Também encaminharam votos favoráveis os senadores José Fogaça (PPS-RS) e Emilia Fernandes (PT-RS).

Jornal "Correio do Povo" recebe congratulações pelos 106 anos

Por iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o Plenário do Senado aprovou voto de congratulações ao jornal *Correio do Povo*, pela passagem dos 106 anos da sua fundação. Embora secular, segundo Pedro Simon, o jornal gaúcho "não descurou da modernização e atualização tecnológica, tendo investido maciçamente na implantação de três modernos parques gráficos que permitem a impressão simultânea em Porto Alegre, São Sepé e Carazinho".

No parecer favorável que apresentou ao requerimento de Simon, o senador José Fogaça (PPS-RS) elogiou o fundador do jornal, Breno Caldas, e o economista Renato Ribeiro, responsável pela modernização do jornal.



Homenagem ao jornal gaúcho resultou de requerimento de Pedro Simon

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) também encaminhou favoravelmente ao requerimento, destacando a "credibilidade e o bom nível de informação" do jornal gaúcho.

O Plenário do Senado aprovou ainda a mudança do nome do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco para Hospital das Clínicas da Universi-

dade Federal de Pernambuco – Professor Homero Marques, que teve parecer favorável do relator, senador José Coelho (PFL-PE).

Transcorreu na quinta-feira a primeira das três sessões de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que torna permanentes os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. Os senadores aprovaram ainda requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) adiando para o dia 4 de dezembro próximo a discussão de projeto de lei que prevê a obrigatoriedade de os motoristas profissionais se submetem a exames psicológicos periódicos.

Horário de verão em Goiás, Tocantins e DF pode acabar

Proposta será votada amanhã, em caráter terminativo, pela Comissão de Infra-Estrutura, que também elegerá o novo presidente e vice-presidente



Maguito Vilela é autor do projeto que veda o horário de verão nos dois estados e no DF

Os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúnem-se amanhã, a partir das 14h, para examinar em caráter terminativo o projeto de lei do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que veda a implantação do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. A matéria tem parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Os parlamentares vão analisar também o projeto de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que traça diretrizes, a serem observadas pelos municípios na implementação de políticas de desenvolvimento urbano, para a utilização de fontes energéticas. O relator da proposta, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), é favorável à aprovação da matéria com uma emenda de sua autoria.

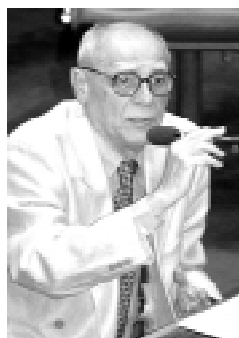
Na reunião, os senadores vão também eleger o presidente e vice da comissão.

Projeto estimula produção de energia com gás natural e carvão mineral

Em regime de urgência, o Senado votará amanhã projeto que reduz a zero as alíquotas das contribuições para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), além do Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gás natural e de carvão mineral destinados à produção de energia elétrica.

De iniciativa do governo, o projeto visa incentivar a diversificação da matriz energética brasileira, fomentando a utilização do gás natural e carvão mineral na geração de energia, mediante desoneração das contribuições na cadeia de comercialização desses insumos.

No entender do governo, a per-



Bello Parga apresentou parecer favorável ao projeto

A proposta também obteve o apoio de Fernando Matusalém



da potencial de arrecadação poderá ser plenamente compensada pela incidência monofásica das contribuições nas vendas não destinadas à geração de energia. Também pela sustentação da atividade industrial que utiliza essas fontes primárias de energia.

Em sua mensagem, o governo informa que a arrecadação produzida no ano passado com a in-

cidência desses tributos sobre o carvão mineral foi de apenas R\$ 11 milhões. O Executivo também lembra que, atualmente, existe apenas uma usina termelétrica em operação no país utilizando o gás natural como fonte energética.

O projeto tem pareceres favoráveis dos senadores Bello Parga (PFL-MA) e Fernando Matusalém (PPB-RO).



Geraldo Melo apresentou a PEC que transfere para o estado produtor o ICMS cobrado pelo estado consumidor

opinião, porque o ICMS, assemelhado a uma espécie de imposto de consumo, fica descaracterizado como um tributo sobre a circulação de mercadorias.

Se aprovado, o texto seguirá para a Câmara dos Deputados, onde também será votado.

Emenda beneficia estados produtores de petróleo

A cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com petróleo poderá sofrer mudanças na próxima quinta-feira. Nesse dia, o Senado votará, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) transferindo para os estados produtores o ICMS cobrado pelos estados consumidores nas operações com petróleo, lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos e energia elétrica.

Aprovada por unanimidade em primeiro turno, a proposta é defendida por Geraldo Melo com o argumento de que proibir os estados produtores de arrecadar o tributo significa uma punição para as populações locais. Geraldo Melo também afirma que, ao transferir para o estado consumidor toda a receita da cobrança, a Constituição hoje consagra um mecanismo de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas, que são as consumidoras. Isso ocorre, em sua

Carlos Wilson critica medidas contra crise de energia elétrica

Ao analisar o gerenciamento da crise energética brasileira, o senador Carlos Wilson (PTB-PE) afirmou que algumas das medidas tomadas o levam a acreditar que o governo "não tem qualquer compromisso com os brasileiros do Nordeste". Ele destacou que soluções como os feriados obrigatórios, desvio de água para lavouros de produtos de exportação, falta de ações efetivas para diminuir o sofrimento causado pela seca e ausência de planejamento para enfrentar a crise "inspiram revolta e inconformismo".

Para o senador, o governo não poderia ter imposto restrições de consumo de energia iguais para o interior de São Paulo e para o sertão do Nordeste. Ele lembrou que as dificuldades para cumprir a meta de redução de 20% são maiores para os que consomem menos energia. O consumo médio do Nordeste, lembrou, é de 85 quilowatts/hora por mês, enquanto no Sudeste chega a 200 quilowatts, no Sul a 160, no Norte a 135 e no Centro-Oeste a 115.

— É claro que, para um consumidor que possui aparelho de ar condicionado, duas geladeiras, três chuveiros elétricos, freezer, forno de microondas e vários aparelhos de televisão, reduzir o consumo de energia elétrica não chega a ser tarefa muito complicada. Por outro lado, impor corte de 20% a uma casa de dois cômodos, duas lâmpadas, um aparelho de



Para Carlos Wilson, governo "não tem qualquer compromisso com os brasileiros do Nordeste"

televisão e um ferro elétrico é uma maldade.

Carlos Wilson sugeriu que, no lugar dos feriados obrigatórios, o governo considere outras formas de racionalização, como o reescalonamento dos horários. "Qualquer coisa que poupe os nordestinos de mais essa humilhação: serem condenados ao ócio compulsivo sob pretexto de economia de energia elétrica."

O senador também destacou a situação do reservatório de Sobradinho, que está com apenas 7% de sua capacidade de armazenamento de água. O pouco volume de água, disse, tem trazido prejuízos a vários projetos de irrigação. Ele exemplificou que em Petrolina (PE), apenas no perímetro de irrigação Senador Nilo Coelho, as perdas são estimadas em US\$ 10 milhões. Na Bahia, estima-se uma redução de até 20% na produção de frutas.

Comissão do São Francisco realiza audiência amanhã

A comissão especial do Congresso Nacional criada para acompanhar e avaliar o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco ouvirá amanhã, às 14h30, o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Humberto Candéias Cavalcanti, e o diretor-substituto do Departamento de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, Rodolfo Torelly.

Está sendo examinado pela comissão projeto assinado pelo presidente da República em junho último, quando anunciou as medidas para a revitalização do São Francisco que devem ser adotadas antes do início das obras para a transposição das águas do rio. Na semana passada, a comissão ouviu o diretor-

presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman. Ele entende que o abastecimento de cidades e de projetos de irrigação não devem ser prejudicados por conta da geração de energia pelas hidrelétricas localizadas no rio.

A comissão mista foi criada por proposta do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) e é integrada por 14 deputados e senadores, todos eleitos pelos estados banhados pelo rio. A Bacia do São Francisco, com 630 mil quilômetros quadrados (cerca de 7,5% da área do país), abrange uma população de 12 milhões de pessoas. O rio movimentava nove usinas hidrelétricas e fornece água para irrigação de aproximadamente 130 mil hectares.

Atenção para remédio com validade vencida

Projeto de Luiz Pontes que obriga fabricantes e distribuidores a recolherem das farmácias medicamentos e cosméticos com validade vencida será examinado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos

Projeto de Rocha autoriza distrito agropecuário em Serra do Navio

Projeto de lei apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) autoriza o Poder Executivo a criar um distrito agropecuário no município de Serra do Navio, no estado do Amapá. O objetivo da proposta, segundo o parlamentar, é instalar um pólo de desenvolvimento auto-sustentável para geração de emprego e renda por meio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e extrativos. A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na avaliação de Sebastião Rocha, o maior conhecimento técnico-científico disponível sobre a região, a maior conscientização sobre a riqueza que representa a enorme biodiversidade local e o sucesso mundial do turismo ecológico e rural podem promover uma exploração agropecuária capaz de assegurar o progresso econômico, sem prejuízo dos aspectos sociais e da preservação ambiental.



Sebastião Rocha defende exploração agropecuária sem prejuízo dos aspectos sociais

biental.

O senador lembrou que desde o início da existência da Zona Franca de Manaus houve o propósito de implantação de um distrito agropecuário, que chegou a ser criado, abrigando cerca de 165 projetos de agricultura, mas que não alcançou o desenvolvimento esperado.

Alcântara destaca trabalho da CNA em favor da produção rural

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a atuação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em favor da agropecuária nacional e os esforços da instituição, em todas as frentes, pelo desenvolvimento do setor. O senador citou o relatório de atividades do ano de 2000 da CNA, que, segundo disse, consegue mapear o universo do produtor rural brasileiro, abordando questões como o crédito agrícola, a febre aftosa, o comércio desleal contra o leite nacional, a fruticultura de exportação e o alto custo dos insumos.

Entre as conquistas da CNA o senador destacou a decisão do Ministério da Agricultura de incluir no Plano Agrícola 2000/2001 novas linhas de crédito para promover a modernização do setor leiteiro, da fruticultura e da ovinocaprinocultura, bem como estimular a recuperação de pastagens e de várzeas.

O senador lembrou que a CNA, por meio de seu Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Cor-



Lúcio Alcântara observa que a CNA também atua em questões que envolvem comércio exterior

te, exerceu um papel de liderança em favor da erradicação da febre aftosa no país.

A CNA também tem atuado nas questões que envolvem o comércio exterior e o setor agropecuário brasileiro, ressaltou Alcântara, informando que representantes da CNA estão participando de reuniões com autoridades do governo federal para definir posições a serem defendidas pelo Brasil nas negociações internacionais.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado examinará amanhã projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que obriga os distribuidores e os fabricantes a recolherem das farmácias todos os medicamentos e cosméticos com prazo de validade vencido ou deteriorados. As indústrias e os distribuidores terão 15 dias para recolhê-los, depois de avisados pelas farmácias, e tratarão os produtos da mesma forma que seus resíduos industriais.

A proposta proíbe que as farmácias ou consumidores abandonem em via pública, em terrenos baldios ou cursos de água remédios com validade vencida ou deteriorados. Quem for apanhado agindo assim ficará sujeito a processo e punição, pois estará cometendo infração de natureza sanitária ou crime ambiental. O relator do projeto, senador Lauro Campos (PDT-DF), apóia a proposta e lembra que a Europa adotou legislação idêntica ao tratar do assunto.

BOLSAS DE ESTUDO

Na mesma reunião, a CAE discutirá projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo, destinado a beneficiar estudantes pobres de municípios onde há falta de vagas nas



Pontes quer punir com rigor quem abandonar em via pública medicamento deteriorado

escolas públicas. A Constituição prevê que, quando o estado não tiver condições de oferecer gratuitamente o ensino básico, a União oferecerá bolsas nas escolas religiosas, comunitárias ou filantrópicas, desde que não sejam lucrativas.

O projeto apresenta as condições que devem ser seguidas para que a União compre as vagas nas escolas privadas e como serão selecionados os alunos para receber as bolsas. Caberá à União fixar o valor de cada bolsa, definir critérios para a seleção dos candidatos nos estados e estabelecer a cota de bolsas para cada estado. Terão preferência estudantes de sete a 14 anos que morem nos municípios onde ficar comprovada a falta de vagas nas escolas públicas.

Edison Lobão pondera que as bolsas de estudo podem ter um

custo menor onde houver ocasionalmente falta de vagas nas escolas públicas, comparando-se com o investimento necessário ao aumento de vagas no ensino básico. As escolas que se candidatarem a receber alunos com bolsas de estudo devem comprovar que não distribuem qualquer lucro, dividendo ou bonificação aos seus administradores ou mantenedores.

Ainda amanhã, a CAE examina projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que proíbe as companhias distribuidoras de energia elétrica de cobrarem taxa mínima dos consumidores residenciais, a título de "custo de disponibilidade". A proposição determina que a conta de luz deverá informar exatamente qual foi o consumo e o valor cobrado deve se referir apenas a esse consumo.

Carlos Bezerra cobra sanção de projeto

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu explicações ao presidente Fernando Henrique Cardoso por ainda não ter sancionado a lei que ordena o recolhimento adequado das embalagens de produtos agrotóxicos. Essa proposta, afirmou, foi votada por deputados e senadores seriamente intencionados em proteger a saúde, o meio ambiente e a vida do homem do campo.

— É urgente e imprescindível que o governo de Fernando Henrique se explique. Quero ver se é capaz de encontrar boas justificativas que convençam este Parlamento de que agiu bem ao prorrogar, no meu entender, de maneira ilegal, a entrada em vigor da lei que trata sobre as embalagens dos agrotóxicos — disse.

Carlos Bezerra lembrou que a lei foi sancionada em junho de 2000 e deveria ter começado a ser aplicada no início deste ano, mas o go-

verno adiou sua aplicação para 31 de maio. Depois, acrescentou, postergou novamente a sua vigência para 31 de maio de 2002.

O senador citou reportagem do jornal *Gazeta Mercantil* publicada em 1º de agosto último em que dados da Fundação Oswaldo Cruz apontam 4,1 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil em 1999. Ainda de acordo com a matéria, o país comercializa cerca de 115 milhões de embalagens de agrotóxicos por ano, das quais apenas 20% são atualmente recicladas. A venda desses produtos, informou, é responsável por negócios de US\$ 2,5 bilhões.

Conforme o parlamentar, a União não cumpriu com o seu papel, pois prorrogou, por vias oblíquas, um prazo estabelecido em lei que rigorosamente só pode ser alterada por uma nova lei.

— A tolerância para com os grandes é constante, restando



Carlos Bezerra: pobre continua exposto aos perigos do veneno porque rico precisa de mais tempo

para os pequenos os rigores da lei ou até mesmo o desrespeito a ela, como acontece no caso presente. O agricultor, pequeno e pobre, continua exposto aos graves perigos do veneno porque os grandes e ricos precisam de tempo para cumprir a lei como melhor lhes convier — afirmou.

Emilia lamenta a saída de promotora do caso Galdino

Conforme a senadora, colegas de Maria José Miranda afirmam que ela estava sendo ameaçada pelos parentes dos acusados

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lamentou na quinta-feira, em Plenário, que a promotora Maria José Miranda tenha sido levada a abandonar o caso do assassinato do índio Galdino dos Santos, ocorrido em 1997 em Brasília, por sentir-se acuada e temer retaliações em função de sua atuação no episódio.

— Colegas da promotora no Ministério Público afirmam que ela está sendo ameaçada por parentes dos réus. É impossível que neste país forças ocultas ainda continuem tentando manipular decisões e que os poderosos busquem muitas vezes confundir a verdade. A impunidade é algo que deve ser combatido — afirmou Emilia Fernandes.

O assassinato de Galdino, índio pataxó há-hã-hãe, ocorreu na madrugada de 20 de abril de 1997. Por não conseguir entrar na pensão onde se hospedara, abrigou-se para dormir no banco de uma pa-



Para Emilia Fernandes, assassinato do índio foi um dos mais chocantes de que se tem notícia

rada de ônibus. Um grupo de jovens que voltava de uma festa decidiu, ao ver o índio dormindo, comprar combustível e atear fogo

em Galdino, que não resistiu às queimaduras e morreu.

Após classificar o crime como “um dos mais chocantes de que a sociedade tem notícia”, Emilia Fernandes lembrou que os quatro rapazes acusados do assassinato nunca estiveram em uma penitenciária comum, mas sim em uma biblioteca desativada. Na opinião da senadora, este foi um privilégio concedido aos jovens por serem “filhos de pessoas influentes”.

A senadora registrou os esforços da promotora Maria José Miranda para levar o caso a júri popular. Na primeira decisão, a presidente do Tribunal do Júri, juíza Sandra de Sanches, estabeleceu que o crime era de lesões corporais seguidas de morte — o que levaria os criminosos a serem julgados por um único juiz. A promotora recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, que reformou a sentença.

Arlindo defende criação de TRF em Minas Gerais

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) defendeu a criação de um novo Tribunal Regional Federal (TRF) encarregado de examinar processos relativos a Minas Gerais, conforme a proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na última quarta-feira. Segundo o senador, a estrutura da Justiça Federal é insuficiente e impede que o Judiciário dê respostas céleres às demandas da população do estado.

— Os atuais Tribunais Regionais Federais não têm conseguido dar vazão aos processos. Diminuindo a quantidade de processos, com certeza a Justiça será mais dinâmica — afirmou o senador, esclarecendo que a criação de um TRF em Minas Gerais servirá também para julgar em segunda instância as ações federais iniciadas no Espírito Santo.

Segundo Arlindo, grande parte dos processos pendentes de julgamento no TRF da 1ª Região, no

Distrito Federal, mais de 103 mil referem-se a ações iniciadas em Minas Gerais. Somente a dívida ativa da Fazenda Nacional no estado, conforme o senador, está em R\$ 12 bilhões, que só podem ser arrecadados se houver condições para o julgamento das ações. O senador revelou ainda que são mais de 83 mil processos de execução fiscal em andamento, mais que o dobro registrado no TRF da 5ª Região (Pernambuco).

Os outros dois senadores do estado, diversos deputados, políticos e magistrados, além do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, segundo Arlindo Porto, trabalharam para que a proposta de criação do TRF no estado fosse aprovada na CCJ. Ele agradeceu ainda ao relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), e ao presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que, observou, fizeram com que a proposta tramitasse rapidamente na comissão.



Arlindo destacou grande número de processos no estado



Antonio Carlos Valadares é autor da proposta

Senado vota em segundo turno PEC sobre fundos

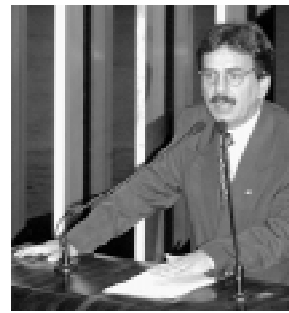
O Senado vota nesta quarta-feira, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição destinada a tornar o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira.

O texto é do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que o defende como fundamental para ajudar o Brasil a combater os desequilíbrios regionais. Acolhida por unanimidade em primeiro turno, se aprovada na quarta-feira a matéria seguirá para a Câmara.

A iniciativa impede que o governo revogue esses fundos ou cancele a transferência de recursos neles prevista. A proposta exige que a lei fixe os valores anuais a serem a eles destinados, os quais serão repassados na forma de duodécimos mensais.

Ademir destaca emendas da bancada do Pará ao orçamento

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou em discurso no Plenário, na quinta-feira, o trabalho desenvolvido pela bancada do Pará no Congresso Nacional para alocar mais de R\$ 1,3 bilhão no Orçamento Geral da União (OGU) de 2002 em prol do estado. Esses recursos estão



Segundo Ademir, será alocado R\$ 1,3 bilhão para o estado

distribuídos por 15 emendas parlamentares voltadas para o desenvolvimento municipal, infraestrutura viária e portuária, ensino superior, desporto, assistência à saúde, cultura, segurança e saneamento, conforme informou.

Os méritos por esse reforço orçamentário foram totalmente creditados aos três senadores e aos 17 deputados federais da bancada paraense. Segundo Ademir, o governador Almir Gabriel não apresentou qualquer proposta nem participou de qualquer reunião com parlamentares para definir as prioridades no orçamento. O senador socialista também acusou o presidente Fernando Henrique de, em alguns casos, destinar pouco ou nenhum recurso para as obras objeto das emendas parlamentares.

Ao detalhar as propostas de sua bancada, Ademir informou que as ações em infraestrutura devem consumir R\$ 830 milhões, a serem investidos nas

BRs 230, 163, 316, 422, 158 e 153, na Rodovia Transnordeste, na alça viária ligando o nordeste ao sul/sudeste do Pará, em ponte sobre o Rio Araguaia e em portos do estado. Para o desenvolvimento municipal, foram previstos R\$ 100 milhões, enquanto as entidades públicas de ensino superior devem ser beneficiadas com R\$ 60 milhões.

Ainda de acordo com o senador paraense, ações de desenvolvimento rural serão contempladas com R\$ 80 milhões, a construção de centros desportivos deve absorver R\$ 70 milhões, a ampliação da rede hospitalar deve garantir R\$ 60 milhões.

Foram apresentadas emendas, também, no valor de R\$ 40 milhões cada, para programas nas áreas cultural, de saneamento e segurança. O senador paraense esclareceu que os recursos atraindo às emendas ainda não têm garantia de aprovação nem de efetiva aplicação nos programas citados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Pressão alta — Parte 2
6h30 — Agenda Econômica — O senador Iris Rezende fala sobre política agrícola
7h30 — Entrevista — O senador Artur da Távola fala sobre a reforma político-partidária
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Saúde/Unip — Pressão alta — Parte 2
9h — CPI do Roubo de Cargas (gravado)
11h30 — Idéias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h — Especial — Reforma psiquiátrica
12h30 — Entrevista — O senador Artur da Távola fala sobre a reforma político-partidária
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — Agenda Econômica — O senador Iris Rezende fala sobre política agrícola
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — O senador Pedro Piva fala sobre a desnacionalização da economia
19h — Idéias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
19h30 — Agenda Econômica — O senador Iris Rezende fala sobre política agrícola

20h30 — Entrevista — O senador Artur da Távola fala sobre a reforma político-partidária
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
9h30 — Festa de Arromba — Nos tempos da Jovem Guarda
13h30 — Festa de Arromba — Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)
Em seguida — Música e informação
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — A Voz do Brasil
20h — Música, informação e serviços
20h30 — Festa de Arromba — Nos tempos da Jovem Guarda (reprise)
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Vozes do Século XX

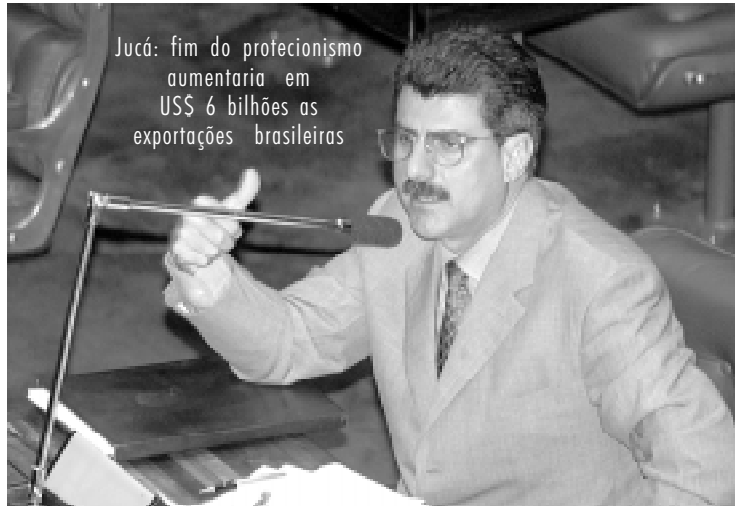
A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Jucá ressalta ação diplomática contra protecionismo

Segundo o senador, as negociações junto à Organização Mundial do Comércio podem pôr fim às barreiras impostas aos produtos agrícolas brasileiros e representam o melhor caminho para o comércio externo do país

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou "o acerto da diplomacia brasileira" que busca, na Organização Mundial do Comércio (OMC), solução para o protecionismo que os Estados Unidos e países europeus mantêm em relação aos produtos agrícolas brasileiros. Tomando por base declarações do ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratini de Moraes, o senador afirmou que o país aumentaria em US\$ 6 bilhões as exportações de seus produtos apenas no primeiro ano subsequente à redução das barreiras.

As negociações por intermédio da OMC, na avaliação de Jucá, podem representar o melhor caminho para o Brasil e também para os países pobres colocarem sua produção agrícola no mer-



Jucá: fim do protecionismo aumentaria em US\$ 6 bilhões as exportações brasileiras

cado internacional. O senador solicitou à Mesa a transcrição de matéria publicada na *Folha de S. Paulo* sobre o assunto.

Jucá também se associou às homenagens que estão sendo prestadas ao educador, romancista e

ex-senador Darcy Ribeiro, lembrando a "importante contribuição" que o autor de *Maíra* e criador da Universidade de Brasília (UnB), juntamente com o professor Anísio Teixeira, "legou às novas gerações".

FHC não receberia aplausos do Congresso brasileiro, diz Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou que os aplausos que o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu dos deputados franceses, após discurso na Assembléia Nacional da França, não se repetiriam no Congresso brasileiro, devido à "instabilidade social e econômica" que está colocando "um peso enorme sobre os ombros e a barriga de milhões de brasileiros".

Cândido estranhou a afirmação do presidente da República de que "é chegada a hora de colocar limites às distorções e aos abusos" do mercado internacional. "Se ele realmente quisesse trabalhar nesse sentido, teria determinado à base governista que aprovasse projeto de lei de minha autoria dispondo sobre a aplicação dos tetos tarifários previstos pelo Acordo Agrícola firmado pelo Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre operações de importação de produ-

tos agropecuários."

Segundo o senador, os países desenvolvidos estão lançando mão de medidas protecionistas cada vez mais extremas para garantir a renda dos seus setores agrícolas, enquanto o governo brasileiro, "indiferente aos vultosos prejuízos sofridos pelos agricultores brasileiros, prossegue com a política de liberalização radical da economia agrícola nacional".

Geraldo Cândido também se referiu às críticas que o sociólogo francês Alain Touraine fez ao presidente brasileiro. Touraine reconheceu ser Fernando Henrique a maior personalidade política das Américas, mas lamentou que seu governo não tenha dado mais atenção ao movimento popular nem combatido as desigualdades sociais que permaneceram grandes no Brasil, mesmo depois de seus dois mandatos.

TORTURA

No mesmo pronunciamento, Geraldo Cândido fez menção ao relatório da Anistia Internacional



Geraldo Cândido apontou contradição no discurso do presidente na França

que denuncia o Brasil como uma das dez nações que mais praticam tortura policial no mundo e afirma ter o país entrado no século 21 usando contra prisioneiros pobres os mesmos métodos utilizados no regime militar contra presos políticos.

— Esse fato não é novidade para muitos de nós. Somente uma apuração detalhada e sistemática dos fatos, com punição dos culpados, pode combater esse flagelo.

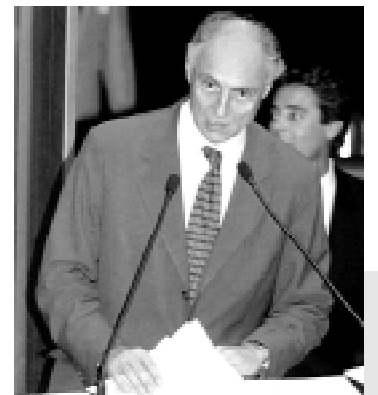
Suplicy elogia Ministério da Justiça no caso Hugo Rozner

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o empenho do ministro da Justiça, José Gregori, e do Serviço Social de Imigração Francês para encontrar o brasileiro Hugo Vargas Rozner, atualmente com 18 anos de idade e que foi levado do Rio de Janeiro para a França pelo pai, Raymond Rozner, quando ainda tinha três anos.

Suplicy informou que a mãe do rapaz, Maria Célia Vargas, presente na sessão do Plenário, tenta há 15 anos, sem sucesso, encontrar o filho. Disse ainda que, de acordo com informações de autoridades francesas e da Interpol, Hugo Vargas Rozner pode estar residindo na cidade francesa de Nice.

O senador, que acompanha o caso há anos, narrou o sofrimento que a mãe tem passado em virtude do desaparecimento do filho, e se emocionou ao ler carta, escrita em francês, que Maria Célia Vargas encaminhou ao filho, por intermédio do Itamaraty. Na carta, a mãe narra o sofrimento pelos 15 anos de separação do filho e diz que deseja reencontrá-lo.

Eduardo Suplicy também destacou o esforço da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de en-



Eduardo Suplicy lembrou que Hugo Vargas Rozner foi seqüestrado pelo pai há 15 anos

tidades ligadas aos direitos humanos para encontrar Hugo Vargas Rozner, e fez votos para que a mãe esteja com o rapaz ainda este mês.

Segundo o senador, o drama de Maria Célia Vargas teve início em 1980, quando ela conheceu na França Raymond Rozner, com quem se casou. Três anos depois, nasceu Hugo. O casal se separou e, em 1986, quando Maria Célia já morava no Rio de Janeiro, o pai, ao visitar Hugo, seqüestrou o filho. Desde então, relatou Eduardo Suplicy, Maria Célia Vargas "peregrina pelas esferas judiciais na tentativa de encontrar o paradeiro do filho".



TEBET RECEBE EMBAIXADOR DO LÍBANO

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu o embaixador do Líbano no Brasil, Ishaya El-Khoury, e o representante da Autoridade Palestina no país, Musa Amer Odeh (*foto acima*). Os dois diplomatas cumprimentaram o senador por sua eleição

para a Presidência da Casa. E aproveitaram o encontro para trocar impressões com Tebet a respeito das relações entre Brasil e Líbano e sobre a evolução do quadro político no Oriente Médio, em especial a busca da paz para a região.

Comissão debaterá organismos multilaterais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) iniciará quarta-feira ciclo de debates sobre as instituições financeiras multilaterais, as políticas de ajuste econômico e o papel do Congresso Nacional frente ao tema. Participarão do primeiro debate, aberto ao públi-

co, os secretários de Assuntos Internacionais dos Ministérios da Fazenda, Marcos Caramuru de Paiva, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dante Coelho de Lima, além do presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Redução no número de deputados gera polêmica

A proposta de Álvaro Dias que altera os critérios de representatividade dos estados na Câmara, reduzindo também o número de deputados estaduais e distritais e de vereadores, gerou debate no Plenário. Nabor Júnior observou que a iniciativa constitui “solução típica dos figurinos políticos atuais: bater nos pobres para assegurar os privilégios e a força

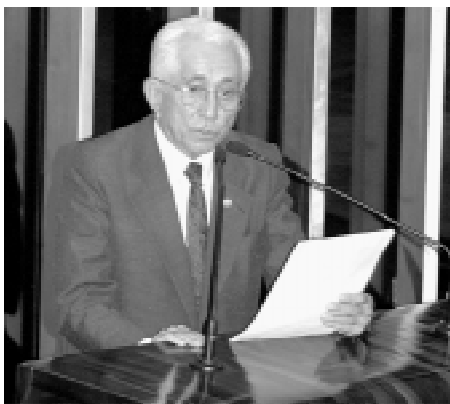
dos ricos”. Romero Jucá anunciou que vai lutar contra a proposta, Gerson Camata alertou para riscos ao sistema federativo, Heloísa Helena descartou qualquer relação entre a credibilidade do Congresso e o número de deputados e Marluce Pinto apontou discriminação. Álvaro disse que a proposta não pretende beneficiar nenhuma região.

Nabor: é injustiça tratar igualmente os desiguais

Um dia depois de o senador Álvaro Dias (PDT-PR) ter defendido sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera os critérios de representatividade da população na Câmara dos Deputados, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) criticou a mudança sugerida. Para Nabor, a proposta pretende criar uma falsa equivalência demográfica mas promove uma grande injustiça ao tratar igualmente os desiguais.

— Essa é uma solução típica dos figurinos políticos atuais: bater nos pobres para assegurar os privilégios e a força dos ricos. Não faz sentido essa comparação, com estatísticas frias, entre acreanos e paulistas na composição das respectivas bancadas — afirmou Nabor, ao defender a preservação de critérios que não levem em consideração apenas a questão numérica.

O senador condenou o fato de Roraima, Amapá, Acre, Tocantins e Rondônia estarem classificados na PEC de Álvaro Dias como estados “sobre-representados”, sujeitos a terem suas bancadas na Câmara reduzidas. Na avaliação de



Para Nabor, “não faz sentido essa comparação, com estatísticas frias, entre acreanos e paulistas”

Nabor, esses estados são o verdadeiro alvo da proposta.

— Um voto em Roraima corresponde, sim, a milhares de votos em São Paulo, pela imensa dificuldade que envolve o acesso e o contato dos candidatos com seus eleitores, apesar de serem estados com dimensões físicas parecidas. Nabor condenou ainda o argumento utilizado por Álvaro Dias de que o número de deputados é excessivo e precisa ser revisto:

— Na Câmara, a maior bancada é quase nove vezes maior que a menor. Como é que podem dizer que é pequena uma diferença tão expressiva? Que se faça uma recontagem geral das vagas de cada estado dentro das proporções atuais.

Senadores divergem sobre mudança

O discurso de Nabor Júnior sobre a proposta de emenda à Constituição que reduz o número mínimo de deputados por estado recebeu vários apertes. O senador Romero Jucá (PSDB-RR), por exemplo, anunciou que vai lutar contra a PEC, pois, na sua opinião, a proposta não trata os estados com igualdade e impede que os estados mais pobres tenham condições de progredir.

Na mesma linha, Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu que os “estados periféricos” recebam atenção especial. Ele observou, porém, que acontece um processo inverso, especialmente depois das privatizações. Como exemplo, citou os fatos de o serviço de auxílio à lista (102) do Espírito Santo estar baseado em Minas Gerais e de a Justiça Federal do estado estar sediada no Rio de Janeiro.

— Os estados centralistas têm mais poder e autonomia que os outros.

Isso, no longo prazo, vai abalar o sistema federativo — disse.

Em resposta, Nabor registrou que o mesmo acontece no Acre, que recentemente perdeu a superintendência da Caixa Econômica Federal (CEF). Assim, afirmou, prefeitos de seu estado são obrigados a ir a Rondônia para acompanhar convênios em que a CEF atua como agente financeiro. Além disso, informou Nabor, a diretoria da antiga Teleacre foi completamente desmontada.

Na defesa de sua proposta, Álvaro Dias lembrou que, pelos critérios que apresenta, o Paraná perde seis deputados, o Rio de Janeiro, dez e o Rio Grande do Sul, seis.

— Não há intenção de beneficiar qualquer região. Queremos revoar uma excrescência que vigora desde a ditadura, fruto do pacote de 77, que desvirtua a representação popular. Colocar a situação

como sendo a vontade do grande contra o pequeno não é uma maneira inteligente de participar desse debate. O que há é um Parlamento com a credibilidade no chão, arrebatada, e essa é uma proposta que pretende valorizar o Legislativo sem pensar em prejudicar alguém. O Nordeste é a região que tem a representação mais adequada, é a que perde menos — destacou.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), porém, não concordou com a comparação entre a distorção no número de deputados por estado e a credibilidade do Congresso:

— O debate é extremamente importante, mas também não é justo, é pouco inteligente atribuir a má imagem do Congresso a uma questão numérica — afirmou, anunciando que o Bloco Oposição irá reunir-se para fechar uma posição sobre a PEC.



Gerson Camata e Heloísa Helena questionam a proposta de emenda constitucional, que o autor Álvaro Dias justifica como capaz de melhorar a credibilidade do Poder Legislativo

Marluce Pinto rejeita comparação entre São Paulo e Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) criticou a proposta que altera as representações dos estados na Câmara dos Deputados, além de diminuir o número de deputados estaduais e distritais e de vereadores. Para a senadora, a PEC, se aprovada, agravará as



Marluce: milhares de quilômetros de fronteiras desabitadas desafiam proposta

desigualdades entre os estados.

— Reduzir a representação dos estados da Região Norte é reduzir sua representação política, reduzindo a expressão política da própria Federação. Seria o mesmo que aceitar que existem estados menos brasileiros e cidadãos com menor grau de cidadania.

O texto, de autoria do senador Álvaro Dias, propõe a redução dos atuais 513 deputados federais para 405, revendo a proporcionalidade entre as bancadas — os estados teriam entre quatro e 70 deputados, de acordo com a população de cada um. Unidades como Roraima, Acre e Amapá, entre outros, teriam o número mínimo de deputados. Apenas o estado de São Paulo contaria com 70 representantes.

— Acho absurda, no mínimo discriminatória, a comparação entre

São Paulo e Roraima na justificativa da PEC. O fato de Roraima ter 0,20% da população e São Paulo 22% não é justificativa suficiente para reduzir a nossa bancada. Há fatores de ordem financeira, do porte dos investimentos maciços, com São Paulo sempre nos primeiros lugares da lista como beneficiário — disse Marluce.

Os milhares de quilômetros de fronteiras brasileiras desabitadas na Região Norte são, na avaliação do senador, uma razão para que a proposta não avance. Para Mar-

luce, a região precisa “de brasileiros dispostos ao sacrifício”, para preencher esses grandes espaços de terra. E uma representação parlamentar diminuída, sustenta ela, não contribuiria para resolver os problemas: “O Brasil não é formado só por estados pujantes como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul”.

A senadora também comentou reportagem da revista *Época* na qual são relatadas as dificuldades de Roraima, provocadas pela baixa densidade demográfica.